

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM) NO PRIMEIRO PERÍODO DO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF E SEU REFLEXO NO CURSO SERVIÇO SOCIAL

EVALUATE OF STUDENT ASSISTANCE POLICY AT UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO (UFTM) DURING THE FIRST TERM OF DILMA ROUSSEFF'S ADMINISTRATION AND ITS REFLECTION IN SOCIAL WORK COURSE

Mireille Alves Gazotto*

Analúcia Bueno dos Reis Giometti**

RESUMO: Este artigo tem como objetivo apresentar uma pesquisa em andamento cujo objeto de estudo é a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), tendo como enfoque a avaliação da mesma por meio dos estudantes do curso de Serviço Social que são beneficiários no Programa de Auxílios da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis no primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff. O interesse pela temática desencadeia questões vivenciadas na atualidade de discussões voltadas para os investimentos em políticas públicas educacionais no âmbito federal. Desta forma, as novas demandas nesta área permeiam reflexões sobre a avaliação desta política educacional com seus indicadores sociais, políticos e econômicos.

Palavras-chave: Educação. Assistência Estudantil. Serviço Social.

ABSTRACT: *This article aims to present a research in progress which the object of study is the Student Assistance Policy at Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), with focus the evaluate of this same research by the Social Work students beneficiaries under the Pro-Rectorial Aid Programme of Community And Students Affairs during the first term of Dilma Rousseff's administration. The interest about the theme triggers issues experienced in the present, focused on investments in public educational policy under federal level. In this way, the new demands in this area permeate reflections on the evaluation of this educational policy with its social, political and economic indicators.*

* Graduação em Serviço Social pela Universidade de Uberaba. Mestrado em Serviço Social, na área da Educação na UNESP/FRANCA-SP.

** Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro. Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) Professor titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

INTRODUÇÃO

Diante da realidade apresentada e pela observação do processo de implementação da Política Nacional Estudantil (PNAES, Decreto nº 7.234/2010), instituída através da Reestruturação das Universidades Federais (REUNI, Decreto nº 6.096/2007) poder-se-á com o presente estudo avaliar a política de assistência estudantil e as condições de permanência dos discentes de graduação em sistema presencial de graduação na UFTM.

Com este estudo, por meio de estudos na área do Serviço Social, poderá ser possível avaliar a política de Assistência Estudantil durante o tempo em que os alunos do Curso de Serviço Social são atendidos no Programa de Auxílios da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (ProACE) no período de 2013 a 2017. Assim, pensar como estão sendo implementadas as políticas de assistência estudantil e, ao mesmo tempo, pensar também as formas que estes estudantes estão ou não tendo acesso, permanência e conclusão no curso de Serviço Social desta IFES através do Reuni e da PNAES por meio das metas que foram instituídas objetivando o alcance desta inclusão, permanência e conclusão nos cursos de graduação e, concomitante a este processo, analisar a realidade da assistência estudantil, bem como quais são os interesses do Governo Federal para com essa classe estudantil.

No governo atual de Dilma Rousseff será também importante contextualizar esse momento político e seus interesses em investir nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no primeiro mandato de governo sendo possível observar a sua governança de acordo com os investimentos para a abertura de novas IFES e reestruturação das existentes.

Essa discussão foi pensada a partir da dissertação de mestrado a qual foi trabalhada a implementação da PNAES entre o Governo de Lula e Dilma Rousseff de 2008 a 2012. Com isso, nesta referente pesquisa de doutorado, com a análise da PNAES

pretende-se verificar essas mudanças no contexto do governo de Dilma Rousseff.

Surge aqui, para esta pesquisa, elencar também, o compromisso do trabalho do assistente social, o qual se dá em processos que visem a busca da efetivação dos direitos sociopolítico, econômico, educacional e cultural. Neste ponto, para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizar-se-á como referencial teórico a análise crítica da realidade possibilitando uma visão de totalidade das relações sociais demonstrando o processo histórico da sociedade.

1 DESENVOLVIMENTO

Vivencia-se uma época de constantes mudanças na área da educação do ensino superior público em âmbito federal onde as políticas públicas educacionais estão em constante processo de implementação. Por meio do Programa de Reestruturação das Universidades Federais com a instituição do Decreto nº 6.096 de 27 de abril de 1997 (REUNI), as universidades federais pactuaram e repactuaram este plano junto ao governo federal criando metas a serem estabelecidas e cumpridas para a ampliação da estrutura e da comunidade acadêmica (docentes, discentes, técnicos administrativos) destas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A análise desta política de assistência estudantil será uma abordagem do primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff com a perspectiva de demonstrar se ocorreu ou não mudanças do que foi proposto como as metas instituídas pelo Reuni onde uma delas é a permanência dos discentes nas IFES.

Desta forma, para a efetivação do REUNI, no que tange as metas para garantir a permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, criou-se o programa de assistência estudantil. Assim, a assistência estudantil gestou-se por meio de uma política educacional visando a busca da efetivação da permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a respectiva conclusão nos cursos de graduação

em sistema presencial com fundamentação legal, após constantes discussões geradas pelo Fórum de Pró-Reitores das Universidades Federais (FONAPRACE), com Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), com o Ministério da Educação (MEC) e com os movimentos Estudantis.

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) está entre estas IFES que pactuaram e repactuaram com o governo federal para a ampliação e construção de novos campi passando de Faculdade de Medicina do Triângulo (FMTM) desde sua fundação em 1953 para Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) em 2006. Neste processo de mudança, a antiga FMTM, anteriormente contribuindo com o processo de formação de estudantes apenas na área da saúde. Atualmente, com o REUNI, ampliou essa formação para as áreas de licenciaturas, ciências sociais aplicadas e tecnológicas, não esquecendo, também, os programas de residência médica e multiprofissional e os programas de pós-graduação no campo de Mestrado e Doutorado.

Pensar a avaliação das políticas públicas educacionais requer um olhar para a totalidade das relações sociais, políticas e econômica onde há interesses diversos que podem sobrepor ao que preconiza a Constituição Federal de 1988 em seu capítulo III da Educação, do Desporto e do Lazer, na seção I, em seu artigo 205 “a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Assim, por meio do atual governo de Dilma Rousseff implementou-se a PNAES visando o estabelecimento de uma política pública com o objetivo de buscar a garantia do acesso, da permanência e da conclusão nos cursos de graduação em sistema presencial dos discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Considerando a abertura das IFES, a entrada crescente de estudantes vindos do sistema público de ensino, principalmente pela adesão das IFES do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), através do sistema de reserva de vagas (cotistas), os quais necessitam entrar em

universidades também públicas para continuar seus estudos, vê-se a importância de realização deste projeto de doutorado para avaliar como está se dando essa condição de permanência e conclusão deste público discente com condições dignas de igualdade de acesso, permanência que possa garantir a democratização do ensino superior público federal.

Para isso, devemos levar em consideração o trabalho de uma equipe multiprofissional para a permanência destes estudantes que preconiza a PNAES e, dentre estes profissionais encontra-se o assistente social, tendo como fundamentação teórica na sua formação genérica um de seus segmentos de atuação profissional, a educação a qual é considerada como política pública sob a responsabilidade do Estado.

Assim, o assistente social inserido no âmbito educacional, com princípio ético e compromisso com a classe trabalhadora deve buscar a efetivação de acesso universal à Política Pública de Educação tendo, também, como referência a lei que regulamenta a profissão (Lei 8.662/93); o Código de Ética do Profissional Assistente Social de 1993; a lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – lei 8742/93); Constituição Federal de 1988; a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES); Programa de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) e outras leis afins.

Estas leis demonstradas acima subsidiam o trabalho do assistente social que intervém na realidade dos estudantes por meio de atendimentos que busquem os princípios éticos buscando a garantia de intervenção digna e de respeito tendo uma visão de totalidade das relações sociais em que o usuário dos serviços prestados possa ser sujeito de direito e protagonista de suas ações.

Após a expansão das IFES e o ingresso deste público discente proclamado pela PNAES, acrescenta-se que, mesmo com essa expansão do ensino superior público federal ainda há precarização das políticas públicas na realidade da população brasileira, bem como existem ainda na moradia, saúde, habitação, saneamento, dentre outras, as quais estão evidenciadas no Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais.

Buscando conhecer o percurso metodológico para a realização desta pesquisa de doutorado e os respectivos métodos científicos para o desenvolvimento e conclusão iremos utilizar a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa de campo com abordagem qualitativa, quantitativa e de análise de conteúdo.

A pesquisa bibliográfica proporcionará realizar a busca em livros, resenhas e pesquisas que já foram abordadas perante o tema proposto a ser pesquisado dando fundamentação teórica.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos se tornam fontes dos temas a serem pesquisados (SEVERINO, 2010, p.122).

A pesquisa documental, segundo os autores Laville e Dionne (1999), está relacionada a toda fonte de informação já existente pensando nos documentos impressos (jornais, documentos legais, fotos, filmes) que fornecem ao pesquisador os dados necessários à coleta de informações e possibilitando a investigação e análise da pesquisa.

A pesquisa de campo visa abordagem in loco concomitante a observação dos fatos e comparação com os dados coletados. Sendo assim, a coleta de dados

[...] é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim, diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador. Abrange desde os levantamentos (surveys), que são mais descritivos, até estudos mais analíticos (SEVERINO, 2010, p.123).

Desta forma, a pesquisa de campo terá uma abordagem quantitativa e qualitativa podendo realizar uma comparação e tratamento dos dados com a realidade que será apresentada nesta pesquisa permitindo que,

[...] o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos (Goldenberg, 2005, p. 62).

Acrescentando às abordagens quantitativa e qualitativa, será utilizada a metodologia de análise de conteúdo, a qual,

É uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob a forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações (SEVERINO, 2010, p.121).

Perante esta metodologia apresentada, o universo desta pesquisa será constituído por, aproximadamente, 27 alunos do curso de Serviço Social de 2013 a 2017 atendidos no Setor de Serviço Social, no programa de auxílios da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, no município de Uberaba-MG.

A coleta de dados será realizada através de entrevista semi-estruturada por meio de questionário onde os sujeitos da pesquisa darão o seu livre consentimento para o uso de tal método e técnica resguardando eticamente o seu direito de escolha.

A entrevista será organizada e em local previamente escolhido, em um recinto, onde o sujeito da pesquisa, individualmente ou em grupo, explanará o que será direcionado dando a sua contribuição referente ao tema proposto desse trabalho.

Com toda a incessante busca para a realização dessa pesquisa referendada na metodologia que foi explanada acima

pretende-se de acordo com o tema sugerido dar ao trabalho veracidade sobre a realidade vivenciada no âmbito da UFTM.

A metodologia apresentada para a realização desta pesquisa estará de acordo com a Resolução 196 de 1996 sobre pesquisa envolvendo seres humanos; e, a Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de Março de 1993 que institui o Código de Ética dos assistentes sociais, resguardam esse sujeito da pesquisa, que segundo a resolução 196/96: “é o (a) participante pesquisado (a), individual ou coletivamente, de caráter voluntário, vedada qualquer forma de remuneração”.

Para esse sujeito da pesquisa será informado, pessoalmente e por meio de documentação, os motivos para a realização da pesquisa, a sua contribuição, a contribuição para a universidade pesquisada e para a sociedade, opção de escolha na participação desse sujeito da pesquisa e a qualquer momento, no decorrer da pesquisa, a sua livre desistência, não causando nenhum prejuízo, mesmo com assinaturas de documentos consentindo a utilização das informações prestadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se com a pesquisa em andamento avaliar a política de assistência estudantil na UFTM, bem como analisar as condições de permanência dos estudantes de graduação do curso de Serviço Social que recebem o(s) auxílio(s) na ProACE oriundos nas iniciativas educacionais de 2013 a 2017. Com essa análise permitirá a realização de uma leitura do período de permanência e possível conclusão no curso por meio de estudo quantitativo e qualitativo no primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff e, respectivamente, os embates na permanência ou não destes estudantes pesquisados. Assim, poder-se-á, com esse público alvo, observar o processo de coerção destas mudanças no plano socioeconômico com leitura crítica dos dados pesquisados e dentro deste panorama com análise e comparação das legislações educacionais vigentes para o ensino superior público federal

Para a área do saber, ou seja, para a docência, para o Serviço Social e para outras áreas de comum interesse pretende-se publicizar esta pesquisa demonstrando a sua atualidade e importância. Para os sujeitos de pesquisa a devolutiva dos dados apreendidos se dará por meio de estudo focal com a realização de uma reunião em grupo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 22 maio 2012.

_____. Congresso. Senado. Resolução n. 17, de 1991. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 183, p. 1156-1157, maio/jun. 1991.

BRASIL. Decreto 1.171 de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. p. 9296. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm>. Acesso em: 4 jan. 2011.

_____. Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 abr. 2007. p. 7. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 04 jan. 2011.

_____. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jul. 2010. p. 5. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 4 jan. 2011.

_____. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 dez. 1993. p. 18769. Disponível em: <<http://www.rebidia.org.br/noticias/social/loas.html>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 10.172, de 9 jan. 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 jan. 2001. p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 18 nov. 2013.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p. 7613. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/Legis/CLT/Profis_regul/L8662_93.htm>. Acesso em: 15 jun. 2012.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília, DF, 1993. Aprovado em 15 de março de 1993 com as alterações introduzidas pelas resoluções CFESS N.º 290/94 E 293/94. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2011.

DIONNE, Jean; LAVILLE, Christian. **A construção do saber**. manual de metodologia da pesquisa em Ciências sociais. Porto Alegre: Ed. UFMG, 1999.

FONAPRACE: Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: Ed. UFU/ PROEX, 2012. Disponível em: <http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Brazil/Brazil_PDE_Por.pdf>. Acesso em: 9 set. 2013.

FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília, DF: TC Gráfica e Editora, 2011. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfi_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2012.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UFTM. **Documento de repactuação do Reuni**. Análise do Plano Reuni da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2008-2012) e subsídios para a proposta de repactuação. 2008-2012. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/comissaodiscenteuftm/anlise-plano-Reuni-uftm-2008-a-2012verso-final11>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

_____. **Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM**. 2012-2016. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/upload/REUNI/Programa%20REUNI%20da%20UFTM.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2012

_____. **Regimento Geral**. Regulamenta a organização e o funcionamento da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM. Nov. 2010. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/paginas/carrega/cod/58/t/REGIMENTO+GERAL>>. Acesso em: 20 set. 2013

UFTM. **Resolução n. 2, de 31 de jul de 2008**. Dispõe sobre o estabelecimento do programa de assistência estudantil no âmbito da UFTM. Disponível em: <http://www.uftm.edu.br/proplan/images/regulamentacao_institucional/resolucoes/Congrega%20A7%20A3o_2008/02_2008_C.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2013.